

É imperativo o investimento na educação





EDITORIAL

António Lucas

Só Temos que os Travar

C Caros associados, gostaria de vos anunciar um ano de 2013 sem cortes salariais, sem roubo do 13.º e 14.º meses, sem aumento da carga fiscal, sem inflação, sem horários desproporcionados, sem trabalho burocrático inútil e sem roubo de tempo de serviço, no entanto, a realidade é que, no início do presente ano, fomos brindados com um relatório do FMI, a pedido do Governo da República, que nos apresenta um cenário para o corte estrutural dos 4 000 milhões de euros, que podemos resumir da seguinte forma:

- Corte de 140 000 funcionários públicos, sendo que 50 000 são do sector da Educação;
- Os funcionários públicos a dispensar, depois de estarem até dois anos na mobilidade especial, serão despedidos;
- Cortes salariais na Função Pública devem ser permanentes e deve haver uma revisão definitiva das tabelas salariais, já em 2014;
- Aumento do horário de trabalho na Função Pública, passando o horário semanal para as 40 horas;
- Nova redução do valor da hora extraordinária (a juntar às duas reduções já efetuadas);
- Nova redução do valor e do tempo de atribuição do subsídio de desemprego;
- Aumento das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde e redução dos serviços prestados;
- Aumento das propinas do ensino superior.

No referido relatório, os professores aparecem como um grupo profissional "relativamente privilegiado", pois, ganham mais do que os restantes funcionários públicos no topo da carreira e trabalham menos horas, graças às reduções de horário letivo.

Os professores foram descritos como resistentes aos

cortes nos "privilégios", por se recusarem a abandonar a escola em que têm horário zero para se deslocarem para uma escola em que são necessários, enfim, uns malandros que não querem trabalhar!

Caros associados, este documento não é um mero exercício contabilístico para cumprir com metas orçamentais. Na verdade, ele está impregnado de um veneno social que vira trabalhadores do sector privado contra trabalhadores do sector público e trabalhadores deste sector uns contra os outros. A tática resume-se ao seguinte: para manter os privilégios da Função Pública, o privado tem que pagar mais impostos e os funcionários públicos têm sectores de atividade melhor remunerados do que outros e com horários significativamente mais reduzidos.

Esta tática primária tem tanto de eficaz como de perigosa, pois numa época de claro empobrecimento da população e de desvalorização do trabalho é muito fácil apontarmos os "privilégios" ou "regalias" uns dos outros, no entanto, um Governo com sentido de Estado deveria perceber que estas manigâncias põem, perigosamente, em causa a coesão social e o espírito solidário que deveria estar presente, mais do que nunca, na atual situação.

No sector da Educação, as propostas do FMI vão ao encontro dos princípios ideológicos do atual Governo, ou seja, a transformação da Escola Pública em "escola mínima" que receberá os "enjeitados" da escola privada financiada com dinheiros públicos. Ambas as escolas vão ter corpos docentes mal pagos, com horários de trabalho intermináveis, no entanto, as escolas privadas irão gerar lucros para engordar grupos económicos como aquele que foi objeto de uma reportagem da TVI no final do ano passado.

Conhecemos os objetivos deles, só temos que os travar! ●

SPRA
informação. ano XII. nº68. fev. 2013

FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Inês Cabral | Nuno Fonseca | Manuel Jorge Lobão | Dionísia Violante | António Dutra | Leonor Dutra | Elisabete Pires

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Luísa Cordeiro

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.350 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep. Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPR:

Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14
9580-533 Vila do Porto
tel: 296 882 872 | fax: 296 882 872
sprasma@iol.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º
9500-310 Ponta Delgada
tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698
smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607
spra.terceira@mail.telepac.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
9880 Santa Cruz Graciosa
tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886
spragraciosa@netc.pt

S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c
9850-022 Calheta, São Jorge
tel: 295 416 519 | fax: 295 416 519
spra.sjorge@sapo.pt

FAIAL

R. de S. João nº 38 Fracção B, 1º andar
9900 Horta
tel: 292 292 892 | fax: 292 292 282
sprafaial@sapo.pt

PICO

R. Dr. Manuel de Arriaga
9950-302 Madalena do Pico
tel: 292 623 000 | fax: 292 622 023
sprapico@sapo.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C
9970-332 Sta Cruz das Flores
tel/fax: 292 592 976
spra-flores@sapo.pt



Subsídios de Férias e de Natal de 2012

SPRA Interpõe acções judiciais em defesa dos seus associados

No passado dia 24 de Dezembro, o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) interpôs duas acções judiciais, uma contra o Ministério das Finanças/Ministério da Educação e Ciência/Universidade dos Açores e outra contra a Região Autónoma dos Açores, representada pelo Governo Regional.

Estas acções enquadram-se na representação e na proteção dos direitos e interesses coletivos, ilegalmente lesados, dos associados do SPRA (Ensino Superior e Ensinos Pré-Escolar, Básico e Secundário) abrangidos pela suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, determinada pelo Orçamento de Estado de 2012, esclarece o Sindicato.

Em nota divulgada pela sua Direção, o SPRA considera que, face à decisão do Tribunal Constitucional da inconstitucionalidade da referida suspensão do pagamento dos subsídios e tendo a decisão sido proferida após a data prevista para o pagamento do subsídio de férias, a referida decisão prevalece para efeitos do pagamento do subsídio de Natal.

O SPRA interpôs, ainda, no passado dia 21 de Dezembro, contra o Estado Português, uma "ação condenatória comum, sob a forma ordinária, para efetivar a responsabilidade civil extracontratual, por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional, por erro judiciário," quanto ao não pagamento dos subsídios de férias e de Natal, em 2012, tendo em conta a decisão do Tribunal Constitucional, que considerou este não pagamento inconstitucional. ●

Açoriano Oriental

Sindicato dos Professores recorre a justiça para receber subsídios

O Sindicato dos Professores da Região dos Açores (SPRA) interpôs a 24 de dezembro duas ações judiciais, uma contra o Ministério das Finanças e contra a Universidade dos Açores. A primeira ação foi interposta no dia 21 de dezembro contra o Estado português pela decisão de refinar a constitucionalidade. Segundo António Lucas, presidente do SPRA, a ação foi levada a cabo por considerarem inconstitucional a norma do orçamento de estado 2012 que retira o subsídio de férias e de Natal aos funcionários públicos, mas não os associados da SPRA. A segunda ação é contra a Região Autónoma dos Açores representada pelo Governo Regional e também diz respeito aos professores do ensino superior, mas neste caso é relativamente

A primeira em representação dos associados do ensino superior, a ação interpõe-se ao ministério da educação, contra o ministério das finanças e contra a Universidade dos Açores. "Face à decisão do tribunal constitucional consideramos que haveria lugar para o pagamento dos subsídios de Natal, não do subsídio de férias, porque a decisão do tribunal constitucional é posterior ao ano do subsídio de férias", explicou António Lucas. A segunda ação é contra a Região Autónoma dos Açores representada pelo Governo Regional e também diz respeito aos professores do ensino superior, mas neste caso é relativamente

aos professores do ensino público que trabalham na região, quer primária, habilitação secundária, secundária. António Lucas afirma que os professores já sofreram um corte salarial que começou em janeiro de 2011, mas nos Açores isso foi minimizado. "Na região os professores com rendimento fixado entre 10 mil e 15 mil euros tiveram uma redução de 10 por cento, mas para aqueles que têm um salário superior a 15 mil euros significou a perda de um ordenado. Ou seja, no período de dois anos, alguns professores, nos vencimentos, terão perdido 20 por cento do seu salário, perdendo três ordenados", afirmou.



Professores recebem subsídio de Natal e de férias

significativa do que outros. "Obviamente que isso tem efeitos negativos, porque as pessoas vivem em função da sua rendimento e não todas estas medidas estão a sofrer impactos", lamenta António Lucas. * FOLHA

Diário dos Açores

Professores levam corte de subsídios a tribunal

Embora a iniciativa seja da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), a ação foi entregue, de acordo com o previsto pela legislação, pelos sindicatos, pelo que os organismos que integram esta federação irão interpor ações no mesmo sentido nas suas respectivas regiões.

"Até ao final da semana serão entregues idênticas ações", nos tribunais das áreas em que os sindicatos dos professores das regiões Norte, Grande Lisboa, Sul, Açores e Madeira, têm a sua sede, isto é, "no Porto, Lisboa, Évora, Ponta Delgada e Funchal", respectivamente, disse à agência

Lusa Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF. A contestação do SPRC baseia-se, designadamente, no facto de o Tribunal Constitucional (TC) ter considerado inconstitucional o não pagamento dos subsídios e de, "nem depois da publicação do respectivo acórdão no Diário da República", o Estado ter efectuado o seu pagamento, adiantou o líder da FENPROF.

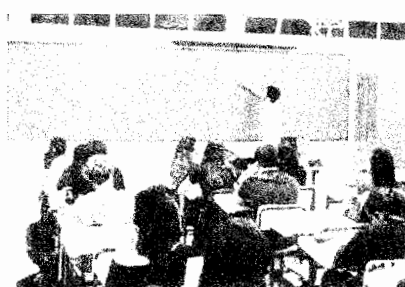
"Uma norma não pode continuar a produzir efeitos após a publicação", no jornal oficial, da decisão do TC que "a declara inconstitucional, com força obrigatória ge-

ral", afirmou Mário Nogueira.

"Quanto ao subsídio de férias podem existir algumas dúvidas, pois a publicação do acórdão do TC não terá sido anterior à data em que deveria ter sido efectuado o pagamento do subsídio de férias de vários professores, mas o mesmo já não sucede relativamente ao subsídio de Natal", sustentou Mário Nogueira.

Assim, segundo o dirigente sindical, esta ação só foi interposta depois de 23 de Novembro, data em que deveria ter sido pago o subsídio de Natal aos docentes, relativo a 2012.

A acção defende que



o Estado português deve ser "condenado ao pagamento de indemnização" aos associados dos sindicatos autores das ações, "consistentes nos subsídios de férias e de Natal relativos a 2012, que "ficaram por pagar e são devidos", acrescidos dos juros de mora.

"No âmbito das suas competências, ao interpor a presente ação judicial, visa o SPRA representar e proteger os direitos e interesses coletivos dos seus associados, ilegalmente lesados pela ressalva dos efeitos decorrentes da declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, dos artigos 21.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro", que aprovou o Orçamento de Estado para 2012.

O SPRA fará tudo o que está ao seu alcance na defesa da Escola Pública



Em reação a declarações do Primeiro-Ministro numa estação de TV, o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que está em curso o maior ataque à Escola Pública desde o 25 de Abril de 1974.

Ficou claro, na entrevista de Passos Coelho, que os cortes estruturais de quatro mil milhões de euros na despesa do Estado concentrar-se-ão na Educação.

Às referências feitas pelo Primeiro-ministro a uma hipotética «margem de manobra» na Constituição da República Portuguesa para poder operar os cortes na Educação e, eventualmente, aplicar propinas no ensino obrigatório, o SPRA considera uma clara violação do artigo 74º da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente da alínea e) do referido artigo.

Parece estar em curso o processo de destruição da Escola Pública e a sua transformação em «escola mínima», promotora das desigualdades sociais e da perpetuação do empobrecimento das camadas mais desfavorecidas da sociedade, acrescenta a nota sindical. Ao Governo Regional dos Açores, o SPRA lançou o repto da confirmação do distanciamento ideológico das políticas que estão em curso no continente e da manutenção do investimento na Escola Pública.

Numa altura em que se prepara o Orçamento da Região, o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que o Governo Regional deve dar um sinal inequívoco de que o caminho da Região, nesta matéria, será divergente daquele traçado pelo Governo da República, observa a direção do SPRA, organização que “fará tudo o que está ao seu alcance na defesa da Escola Pública”. ●

SPRA lança repto ao Governo Regional

Em reação à entrevista do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, na passada semana à TVI, o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) considera que está em curso “o maior ataque” à Escola Pública desde o 25 de Abril de 1974.

De acordo com o sindicato, em comunicado de imprensa, “ficou

claro” na entrevista de Passos Coelho, que os cortes estruturais de quatro mil milhões de euros na despesa do Estado concentrar-se-ão na Educação. Assim sendo, o SPRA lança ao Governo Regional dos Açores, o repto da confirmação do distanciamento ideológico das políticas que estão em curso no continente e da manutenção do investimento na Escola Pública. Tendo em conta que se prepara o Orçamento da Região, o SPRA considera que o Governo Regional “deve dar um sinal inequívoco de que o caminho da Região, nesta matéria, será divergente do traçado pelo Governo da República”. ■■

Açoreano Oriental

Diário dos Açores

Sindicato dos Professores considera que “está em curso o maior ataque à Escola Pública desde 74”

Em reação à entrevista do Primeiro-ministro de quarta-feira, na TVI, o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que “está em curso o maior ataque à Escola Pública desde o 25 de Abril de 1974”.

Segundo comunicado de imprensa emitido pelo respectivo sindicato, “ficou claro, na entrevista de Passos Coelho, que os cortes estruturais de quatro mil milhões de euros na despesa do Estado concentrar-se-ão na Educação”.

Às referências feitas pelo Primeiro-ministro a uma hipotética “margem de manobra” na Constituição da República Portuguesa para poder operar os cortes na Educação e, eventualmente, aplicar propinas no ensino obrigatório, o SPRA considera “uma clara violação do artigo 74º da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente da alínea e) do referido artigo”, lê-se no documento.

Ao Governo Regional dos Açores, o Sindicato dos Pro-

fessores da Região Açores lança “o repto da confirmação do distanciamento ideológico das políticas que estão em curso no continente e da manutenção do investimento na Escola Pública”.

Numa altura em que se prepara o Orçamento da Região, o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que o Governo Regional “deve dar um sinal inequívoco de que o caminho da Região, nesta matéria, será divergente daquele traçado pelo Governo da República”.



A Greve Geral fez-se sentir por toda a região



Um claro desafio ao Governo Regional

José Paulo Oliveira (Jornalista)

A suspensão da política de concentração escolar, recusando o fecho de mais escolas rurais, é uma das “propostas concretas” do “Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos”, que a Comissão Coordenadora da CGTP-IN/Açores aprovou no passado dia 5 de janeiro.

Mais do que um olhar atento sobre a situação política, social e económica da Região, o documento da Central unitária, expressando a reflexão e as preocupações do movimento sindical nas nove ilhas, contempla um conjunto de propostas objectivas, que devem merecer a atenção de todos os açorianos, a começar pelo Executivo Regional.

Revisão do ECD

Na esfera da Educação, o Caderno reivindica a contratação dos assistentes operacionais necessários ao bom funcionamento das escolas e a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) na Região Autónoma dos Açores, em diálogo com as organizações sindicais, garantindo a unicidade desta carreira e combatendo a precariedade que grassa entre professores e educadores.

A CGTP-IN recusa políticas orientadas para a privatização da saúde (nomeadamente através da contratualização de serviços privados) e defende a salvaguarda dos investimentos necessários para a valorização e modernização do Sistema Regional de Saúde, a par da eliminação imediata das taxas moderadoras.

Investimento público

Para o movimento sindical unitário, é fundamental a ampliação do investimento público, essencial para combater o panorama recessivo que se abate sobre a economia regional, bem como a criação de um plano de revitalização, através de obras de requalificação e investimento

público orientado para as empresas locais.

A não aplicação das normas gravosas do Código do Trabalho na Região (facilitar os despedimentos, reduzir as indemnizações, generalizar a contratação a prazo, no sector privado e na Administração Pública, diminuir as condições de atribuição e o valor do subsídio de desemprego, etc) e das medidas de desastre económico e social contidas no Orçamento de Estado para 2013 é outra das propostas em destaque no Caderno da Inter.

Noutra passagem, é pedida prioridade absoluta à criação de emprego, através do estímulo à produção regional, potenciada por uma política de incentivos assertiva e eficaz, orientada para apoiar as pequenas e médias empresas. A Central sublinha ainda a importância e urgência da implementação de programas de emergência de combate ao desemprego e de gestão preventiva que evitem os despedimentos ou a redução de efectivos em empresas em reestruturação ou que apresentem risco de redução de postos de trabalho, aplicando-se este princípio à Administração Regional e empresas públicas.

Situação dos idosos

O Caderno recentemente aprovado exige a manutenção dos serviços de apoio social e de idosos na esfera pública, tendo como parceiros privilegiados as IPSS e apoiando-as condignamente.

A Inter chama a atenção para a necessidade de garantir a eficiência, transparência e rapidez dos serviços de acção social na Região e também de valorizar, de forma substancial, o complemento de pensão, como meio de minorar os efeitos do aumento brutal do custo de vida sobre os nossos idosos. A melhoria das condições de acessibilidade em termos de transportes aéreos e marítimos, através, por exemplo, da redução das respectivas tarifas e dos custos de operação, é outra das propostas em foco no documento, cuja versão integral se encontra em www.spra.pt

Pobreza e exclusão social

A situação económica tem provocado,

no plano social, consequências dramáticas para o conjunto das famílias açorianas, mas especialmente para as socialmente mais desfavorecidas. O documento da CGTP-IN pormenoriza: “Surtem graves situações de pobreza e de exclusão social, com uma dimensão que era, até agora, desconhecida nos Açores. O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, bem como de outras prestações sociais, tem crescido de forma exponencial. Espelho da injustiça social que se aprofunda no nosso arquipélago é o facto de muitos destes beneficiários não serem desempregados, mas trabalhadores cuja remuneração é insuficiente para garantir a sua sobrevivência e dignidade.”

Depois de referir que “a política fiscal é outro factor de agravamento da desigualdade, como é claramente demonstrado pelo facto de, nos Açores, o IRS corresponder a 83% das receitas dos impostos directos, enquanto a receita do IRC representa apenas 17%”, o Caderno lembra que o Governo Regional é também um agente activo no agravamento desta situação, com uma política simétrica à do Governo da República, em termos do favorecimento da iniciativa privada, também nas áreas sociais.





“os fundos europeus devem servir efectivamente para dinamizar a nossa produção, em vez de financiarem o desmantelamento do nosso sistema produtivo”

Austeridade e desastre

As medidas de austeridade sucessivamente impostas pelo Governo da República constituem um verdadeiro desastre para a generalidade das açorianas e dos açorianos e, em especial, para os que dependem exclusivamente da remuneração do seu trabalho, alerta a Central sindical, que acrescenta: “Os cortes salariais, somados ao brutal aumento da carga fiscal e à redução nas prestações sociais, contribuem decisivamente para, no futuro próximo, piorar a vida dos açorianos, bem como agravar as principais dificuldades económicas do arquipélago.”

Modelo de desenvolvimento

Para a CGTP-IN/Açores, a defesa e a valorização dos trabalhadores são inseparáveis da construção de um modelo de

desenvolvimento nacional e regional que assuma como objectivos centrais a justiça e coesão sociais, assentes numa mais justa distribuição da riqueza gerada pelo trabalho das açorianas e dos açorianos.

O documento sindical defende que esse modelo tem forçosamente de assentar numa sólida base produtiva, que valorize as nossas produções tradicionais específicas, tendo em conta a sua dimensão e o seu peso na economia regional, não abdicando, no entanto, de uma forte aposta na diversificação dos produtos e na modernização das unidades e processos de produção. Tal processo só será possível com a existência de um sistema de transportes aéreos e marítimos que seja acessível, eficaz e adequado. Esta é uma questão central para o desenvolvimento dos Açores, acrescenta a CGTP/Açores.

Melhorar o poder de compra

A Central refere, a propósito, a necessidade de “um dinâmico mercado interno, capaz de gerar riqueza e de garantir o pleno emprego”, para “permitir que todos os açorianos possam aceder aos frutos da riqueza comum”. É, por isso, prioritária a melhoria do poder de compra dos trabalhadores açorianos, seja por via do

A centralidade do investimento público enquanto objectivo motor da economia regional

As políticas públicas devem ter em mente a centralidade do investimento público, enquanto objectivo motor da economia regional, e assegurar, plenamente, as funções sociais que ao Estado incumbem, rejeitando a privatização de serviços e de competências públicas, que em nada beneficia os cidadãos e a economia nacional.

Do Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos 2013

“Os nossos jovens são as primeiras e principais vítimas do trabalho precário. As empresas devem contratar, efectivamente, os jovens ao seu serviço. É inaceitável que os programas Estagiar continuem a ser usados como forma de obter mão-de-obra gratuita, precária e sem direitos.”

Do Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos 2013

Divulgação e implementação do Caderno Reivindicativo

A Coordenadora da CGTP-IN /Açores, as Unões de Sindicatos da Região e os Sindicatos a elas associados comprometem-se a envidar todos os esforços para a divulgação do “Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos/ 2013” junto dos trabalhadores, da opinião pública e da sociedade açorianas e dos actores políticos, económicos e sociais. A Coordenadora da CGTP-IN/Açores, as estruturas intermédias e as organizações a elas associadas comprometem-se a implementar todas as acções julgadas convenientes para a satisfação das reivindicações, propostas e objectivos constantes do Caderno, contributo para a construção de um modelo político, económico e social mais justo e solidário na Região.

Ver versão integral do caderno em www.spra.pt

aumento dos salários, seja pelo alívio da carga fiscal que os onera, sublinha.

Destacando que “os fundos europeus devem servir efectivamente para dinamizar a nossa produção, em vez de financiarem o desmantelamento do nosso sistema produtivo”, a Central regista que “é fundamental que a Região assuma uma posição firme e clara e intervenha junto dos órgãos de soberania e outras instâncias, no sentido de rejeitar as medidas da União Europeia que prejudicam a Região, bem como de efectivar políticas diferenciadas que respeitem as nossas especificidades regionais e condição ultraperiférica”.

Maior justiça social

O desenvolvimento defendido pela CGTP-IN/Açores tem de ter como objectivo central a introdução de uma maior justiça social, passando por uma mais justa repartição dos rendimentos regionais. Essa prioridade passa também por uma revisão da política fiscal nacional que, sem pôr em causa o estatuto fiscal dos Açores, alivie a taxação sobre os rendimentos do trabalho.

Como afirma a Central, a melhoria dos salários, o combate às situações de subemprego, de trabalho precário, de trabalho ilegal, a justa remuneração do esforço e a valorização de quem trabalha, bem como o respeito pelos seus direitos, mas também a solidariedade colectiva para quem necessita de apoio são valores irrenunciáveis da sociedade que ambicionamos para os Açores.

“Nos tempos de crise que assolam o país”, aponta a CGTP-IN/Açores, “torna-se ainda mais urgente inverter os rumos que até agora têm vindo a ser seguidos e construir um desenvolvimento harmonioso da nossa Região, assente em valores de coesão social e territorial, justiça e solidariedade.”

Pela revalorização salarial da Administração

Do conjunto das reivindicações específicas inseridas no Caderno da CGTP-IN, destacamos, por exemplo, a devolução integral dos subsídios de férias e de natal aos trabalhadores açorianos, utilizando as competências da Autonomia para efectivamente proteger a Região dos desmandos do Governo da República, devolvendo, desta forma, mais alguma liquidez à economia regional.

A Central reivindica ainda o aumento dos salários, do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional e da Remuneração Complementar aplicável aos funcionários da Administração Regional, contribuindo,

assim, para a revalorização salarial dos trabalhadores e para a diminuição do défice público, por via da dinamização do mercado interno.

Além do alargamento do subsídio social de desemprego aos desempregados que não tenham acesso ao subsídio de desemprego, a Inter defende, junto dos órgãos de soberania, uma política fiscal mais justa e a recusa do agravamento da carga suportada pelos trabalhadores, assegurando a manutenção do regime fiscal das Regiões Autónomas.

Especificidade dos Açores enquanto Região Ultraperiférica

A reorientação dos financiamentos comunitários para um efectivo apoio à produção regional e não ao seu desmantelamento e um aproveitamento mais eficaz dos fundos disponíveis; a afirmação, junto das instâncias nacionais e europeias, da especificidade dos Açores enquanto Região Ultraperiférica e a defesa da reintrodução da zona de protecção do mar dos Açores nas 200 milhas são outras matérias em foco no campo das propostas sindicais.

Salários, emprego com direitos e contratação colectiva

Ainda que os salários dos trabalhadores portugueses sejam dos mais baixos da União Europeia, o problema da convergência de rendimentos entre os Açores e o resto do país continua a colocar-se com acuidade, observa o Caderno sindical.

“Os efeitos perversos das políticas de baixos salários continuam, assim, a fazer-se sentir, de modo particular, na Região. O aumento geral dos salários e, nomeadamente, do Salário Mínimo Nacional, é a forma de melhorar a repartição do rendimento e de aumentar o poder de compra das famílias. Exigimos, por isso, o aumento do Salário Mínimo Nacional, com os respectivos reflexos na Região, como também defendemos o aumento sustentado do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional, assim como da Remuneração Complementar, para os trabalhadores da Administração Regional”, refere a CGTP-IN.

Trabalho com direitos!

O emprego com direitos continua a ser central numa Região com elevados índices de precariedade no trabalho, realça a Inter.

Depois de sublinhar que “é absolutamente prioritário inverter os altos níveis de trabalho precário”, a CGTP-IN/Açores defende a efectivação do trabalho com direitos, o cumprimento da legislação laboral e a garantia de boas condições



Na Educação, estão por resolver questões essenciais ligadas à carreira docente e ao seu estatuto, que se reflectem negativamente no ambiente vivido nas nossas escolas. A enorme carência de assistentes operacionais e o recurso cada vez mais frequente a trabalhadores em programas ocupacionais também têm contribuído para a degradação da Escola Pública. A Central sindical critica a opção do Governo Regional por uma “política errada de concentração escolar, contribuindo para o esvaziamento das comunidades rurais, ao mesmo tempo que continua a apoiar escolas privadas nalgumas ilhas”.

laborais e reclama a operacionalização de um plano regional de combate ao trabalho precário que incorpore, nomeadamente, a passagem a efectivos dos trabalhadores que ocupam postos de trabalho de natureza permanente (com contrato a termo ou a recibo verde).

A quem serve uma Inspeção do Trabalho a meio gás?

“A Inspeção Regional do Trabalho carece de uma atitude mais proactiva e de uma intervenção mais célere e eficaz, em articulação com outros serviços, nomeadamente, da Segurança Social e das

Finanças, com vista ao cumprimento da legislação laboral”, alerta a CGTP-IN/Açores.

Nesse quadro, coloca-se, ainda, ao Governo Regional, “a necessidade do reforço urgente do número de inspectores, bem como da dotação dos meios materiais necessários ao eficaz desempenho das suas funções. Impõe-se uma planificação cuidada das acções de fiscalização, devendo as mesmas ser acompanhadas de representantes sindicais dos respec-

tivos sectores, assim como a criação de canais de comunicação directos com os sindicatos e trabalhadores, de forma a que estes possam obter informação ou apresentar as suas queixas com maior facilidade”.

Noutra passagem, o Caderno Reivindicativo salienta que “o direito de todos os trabalhadores à progressão na carreira tem de ser efectivamente garantido”.

“Na Administração Regional, mas também no sector privado, é preciso

inverter a situação em que diversos níveis da mesma carreira acabam igualmente nivelados pelo valor do Salário Mínimo”, como destaca a Intersindical.

O Caderno aborda ainda as situações dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e dos trabalhadores imigrantes na Região, tendo em conta, entre outros aspectos, “a presença de um número significativo de trabalhadores imigrantes oriundos de países não pertencentes à União Europeia” •

19.000 açorianos no desemprego

Milhares afectados pela precariedade e por baixos salários

Alertando para o aumento brutal do desemprego na Região, a CGTP-IN/Açores refere que “este flagelo atinge cerca de 19.000 açorianos e afecta, em primeiro lugar, os jovens, mesmo os altamente qualificados. Mantém, também, a desigualdade perante o emprego, com as mulheres açorianas a auferirem menores salários”, sendo vítimas do trabalho precário e do desemprego em grande escala.

Depois de sublinhar que “o forte investimento que se tem verificado no aumento das qualificações profissionais, sendo um dado positivo, por si só, não é o suficiente para inverter o aumento do desemprego, cujas causas residem nos problemas estruturais da economia açoriana”, o Caderno Reivindicativo recentemente aprovado pela Coordenadora da Central unitária nos Açores realça que “esta crescente pressão sobre o emprego é causa também do agravamento dos baixos salários”, acrescentando:

“Os trabalhadores açorianos continuam a ser dos que mais baixos salários auferem em todo o país, com um elevado grau de incidência do Salário Mínimo Nacional.

Da mesma forma, os indicadores do PIB per capita e de poder de compra demonstram a degradação do rendimento dos trabalhadores açorianos”. Salientando que “grassa no arquipélago o trabalho precário”, a CGTP-IN/Açores observa:

“Os vínculos precários ou temporários tornaram-se a regra geral na constituição da relação laboral e crescem os múltiplos ataques aos direitos e atropelos da legislação laboral, também em empresas públicas ou que recebem avultados apoios estatais, sem que lhes seja exigido o cumprimento da legislação e a correspondente responsabilidade social”.

“A insuficiência da resposta das autoridades, nomeadamente da Inspecção Regional do Trabalho, tem permitido a impunidade da actuação, por vezes recorrente, de algumas empresas em relação aos seus trabalhadores”, conclui a Central. •





Parecer da CGTP-IN/Açores

Agenda Açoriana para a criação de emprego e competitividade empresarial

“Não dá a resposta necessária aos problemas que a Região enfrenta”

É assim que a Comissão Coordenadora da CGTP-IN/Açores caracteriza a “Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial”. No parecer divulgado no passado dia 5 de janeiro, a Central sublinha que aquele documento “não faz qualquer diagnóstico da situação actual; não define os objectivos da “agenda”, nomeadamente o que se pretende atingir em termos de desenvolvimento regional; não define metas a atingir e, sobretudo, as medidas que aponta ficam aquém do necessário.”

Estratégia de favorecimento da iniciativa privada

Apresentado pelo Governo Regional em Dezembro passado, o documento, esclarece a CGTP-IN, deveria, em primeiro lugar, definir o modelo de desenvolvimento regional a implementar, os objectivos a atingir, os sectores/actividades em que se deveria apostar, o papel do sector público na dinamização da economia regional e na criação de emprego, a melhoria do sistema de transportes regional, entre outros aspectos, antes de apresentar as medidas a executar.

Ao invés, acrescenta a Inter, prefere-se apostar numa estratégia de favorecimento da iniciativa privada, sem qualquer planeamento, através de sistemas de incentivos, exportações, empreendedorismo, instrumentos financeiros, entre outras medidas, descurando o indispensável contributo do sector público regional para o desenvolvimento da Região, nomeadamente através do investimento público. Relega-se a Administração Regional para um mero papel de financiador das empresas e enquadrador de algumas medidas.

No entender da CGTP-IN/Açores, as empresas podem ser apoiadas, mas deve haver um direccionamento da sua actividade para o desenvolvimento da Região e os benefícios da sua actividade devem reverter para as populações.

Fortalecer a economia regional

O único domínio definido sectorialmente neste documento de 50 páginas é o da revitalização dos centros urbanos e a reabilitação urbana – o que envolverá, nomeadamente, o comércio e a construção civil - sendo também referido o turismo,

a fileira da madeira, o sector vitivinícola e a agricultura (mas esta última apenas na vertente de um programa destinado a atrair trabalhadores desempregados oriundos de outros sectores, regista a Central sindical, que lembra no seu parecer:

“São necessárias medidas para fortalecer a economia regional e criar emprego. A situação actual dos Açores exige medidas para fazer face à subida do desemprego, à precariedade do emprego, para aumentar as qualificações dos trabalhadores, dos jovens e de outros inactivos, e para aumentar os salários. A Região tinha uma taxa de desemprego de 15,4% no 3.º trimestre de 2012, quando era de 9,5% no 1.º trimestre de 2011.”

Quanto a propostas sindicais, naturalmente a CGTP-IN recupera as que contempla no Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos para 2013, lembrando, entretanto, que uma “agenda” daquela natureza “não pode deixar de incluir entre os seus objectivos a redução do desemprego, bem com o aumento da qualidade do emprego e do trabalho com direitos”. ●

Medidas de apoio ao emprego e formação profissional: os comentários da Central

Estágios profissionais – parece-nos excessiva a idade dos 40 anos como limite superior de estágios destinados a jovens. No nosso entender, a bolsa de estágio deve ter em conta as habilitações/qualificações dos estagiários e respeitar a contratação colectiva, se aplicável, não devendo ser, em nenhum caso, inferior ao salário mínimo praticado na Região Açores; o período de estágio deve ser adequado aos objectivos que se pretendem atingir em matéria de qualificação; deverão ser incluídas regras que obriguem a entidade promotora dos estágios a integrar nos seus efectivos uma percentagem dos estagiários; as condições de trabalho deverão ser respeitadas, nomeadamente, em termos de horário de trabalho e de saúde e segurança no trabalho; aos estagiários deverá ser facultada informação sobre os seus direitos laborais e sociais, representantes dos trabalhadores, e riscos para a saúde e segurança no trabalho; deverá ser atribuído um certificado de estágio; as autoridades regionais competentes em matéria de legislação do trabalho deverão levar a cabo uma fiscalização mais alargada e mais eficaz.

DUAL Azores – parece-nos excessiva a idade dos 40 anos como limite superior de formação destinada a jovens, bem como a duração da formação prática de quatro dias por semana. Na qualificação profissional contínua parece-nos essencial que, em caso de aprovação, haja repercussão na carreira e salário do trabalhador.

PME Formação – trata-se de lay-off com formação. Discordamos que o Fundo Regional de Emprego pague integralmente o remanescente da compensação retributiva (de 30% da retribuição) a cargo do empregador. No nosso entender, uma vez que a empresa irá beneficiar dessa formação, é justo que suporte, pelo menos, parcialmente os seus custos.

Bolsa de recursos humanos agricultura – discordamos da obrigatoriedade de aceitação por parte do desempregado em ir trabalhar para a agricultura, sob a ameaça de suspensão dos apoios concedidos. O princípio do emprego conveniente deve ser respeitado. Quanto ao período de contratação “à hora, dia, semana ou mês, consoante a necessidade da empresa”, o mesmo não é admissível pela legislação laboral em vigor, para além de constituir uma exploração sem limites, para servir a conveniência das empresas. ●

REGULAMENTAÇÃO SEM NEGOCIAÇÃO

Desnorte na intervenção precoce **SPRA Intervém**

A Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores, reunida em Ponta Delgada, nos passados dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro, a seu pedido, recebeu um grupo de Educadoras de Infância, a exercerem funções, em S. Miguel, no Programa de Intervenção Precoce, que transmitiram o seu enorme desagrado pelas condições em que desenvolvem o seu trabalho, decorrentes da publicação da Portaria n.º 89/2012, de 17 de Agosto, e do MAIL-S-DRE/2012/4794, emanados da Direcção Regional da Educação.

Dos problemas elencados, diversos e preocupantes, foi dado conhecimento à Directora Regional da Educação, a quem foi dirigido um pedido de reunião com o SPRA, através de ofício datado de 5 de Dezembro passado. Para além de esta estrutura sindical querer ver esclarecidas questões que se prendem com a afectação dos recursos humanos da Educação à Intervenção Precoce, é também objectivo da reunião solicitada a resolução dos problemas com que estas docentes se confrontam, dos quais destacamos:

- As incompreensíveis orientações provenientes da DRE, no sentido da aplicação do SIADAPRA na Avaliação do Desempenho das docentes em apreço;
- A falta de material didáctico necessário ao desenvolvimento do trabalho destas Educadoras de Infância;
- A falta de pagamento de ajudas de custo pela itinerância, alegadamente, por estas profissionais terem à sua disposição uma viatura dos Centros de Saúde, o que, de facto, não acontece.

O Sindicato dos Professores da Região Açores regista que ainda não recebeu, por parte da tutela, nenhuma indicação para o agendamento da reunião acima mencionada.

Este Sindicato fará tudo o que está ao seu alcance, na senda do que tem sido a sua actuação ao longo dos seus 34 anos de existência, para tentar ultrapassar estes, bem como outros problemas que afectem os docentes. ●



SUSPENSÃO DOS SUBSÍDIOS EM 2012

Projeto de decreto legislativo regional “cria apoio extraordinário aos trabalhadores da Administração Regional”, proposto pelo PCP/Açores

Parecer do SPRA

A Direção do SPRA divulgou recentemente o seu parecer ao projeto de decreto legislativo regional que cria o apoio extraordinário aos funcionários da Administração Regional que foram abrangidos pela suspensão de subsídios prevista no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2012.

Na generalidade, a tomada de posição sindical começa por lembrar que a conjugação dos cortes salariais com o roubo do 13.º e 14.º meses conduziu a perdas de massa salarial, por parte dos funcionários públicos, de valores que oscilam entre 15% e 25%. Estas perdas, realça o SPRA, “são mais visíveis entre os técnicos superiores e os docentes, nomeadamente para os casos não abrangidos pela remuneração compensatória”.

Esta perda de massa salarial, acrescenta, “é ainda mais visível se considerarmos os aumentos das prestações sociais, mais 0,5% para a ADSE e mais 1% para a CGA, os aumentos de impostos e, ainda, o facto de que, desde 2001, 2009 foi o único ano em que o aumento dos salários da Função Pública cobriu a inflação”.

Empobrecimento dos trabalhadores, enfraquecimento da economia

O efeito do empobrecimento dos trabalhadores da Administração Pública não se concretiza apenas na sua vida. Como salienta o SPRA, é retirado dinheiro da economia, por via indirecta, o que representa um contributo significativo para o enfraquecimento das economias já debilitadas das “ilhas de coesão”, onde o tecido empresarial apresenta maiores debilidades e a dependência do sector público atinge maiores proporções.

O incumprimento, por parte do Estado, do contrato social, quer por via da destruição das Funções Sociais do Estado, quer

O incumprimento, por parte do Estado, do contrato social, quer por via da destruição das Funções Sociais do Estado, quer por via das relações jurídicas de emprego representa uma significativa deterioração das relações de confiança entre o Estado e os cidadãos e constitui um perigo para a Democracia

por via das relações jurídicas de emprego (alterações de vínculo, congelamento de carreiras, alterações constantes nos regimes de aposentação, pondo em causa o princípio da segurança jurídica dos cidadãos), representa uma significativa deterioração das relações de confiança entre o Estado e os cidadãos e constitui um perigo para a Democracia, pelos efeitos que tem no enfraquecimento do “Estado de Direito”, alerta a Direcção do SPRA, em nota divulgada a 21 de Dezembro.

Dar cumprimento ao Acórdão do Tribunal Constitucional

A proposta em apreço, de iniciativa da representação parlamentar do PCP Açores, pretende dar cumprimento ao Acórdão do Tribunal Constitucional e simultaneamente repor dois vencimentos ilegítimamente retirados aos funcionários da Administração Regional. O efeito da aprovação desta proposta pelos deputados da Assembleia Legislativa Regional, na economia da Região, seria “um contributo para a inversão da tendência recessiva e da estagnação económica que se tem verificado nos últimos anos e um claro distanciamento da Região relativamente às políticas recessivas e de empobrecimento da população levadas a cabo pelo Governo da República.”

O SPRA manifesta o seu total apoio a esta iniciativa parlamentar e considera que a reposição dos 13.º e 14.º meses de remunerações dos funcionários públicos significa não só o cumprimento do Acórdão do Tribunal Constitucional, mas também a reposição de alguma confiança dos funcionários públicos no Governo e nas instituições que suportam a Democracia e o Estado de Direito. ●



SPRA promove reunião com SRECC

No próximo dia 28

de Janeiro, a pedido do SPRA, realizar-se-á uma reunião com o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura. O Sindicato dos Professores da Região Açores apresentará como ponto de partida para a discussão

do Estatuto da Carreira Docente a versão já discutida com a anterior Secretária Regional da Educação e Formação, no que diz respeito à estrutura da carreira e momentos de avaliação do desempenho de docentes contratados e dos quadros.

No âmbito da Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação e Ensino, o SPRA irá defender a manutenção do atual quadro legal e reafirmar a sua oposição à possibilidade de os Conselhos Executivos poderem vir a decidir sobre a renovação anual dos contratos dos docentes.

A regulamentação do Programa de Intervenção Precoce e a afetação de recursos humanos a este programa serão, também, objeto de discussão nesta reunião.

Por último, o SPRA irá questionar o Senhor Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura relativamente ao impacto das medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado de 2013 no Sistema Educativo Regional e na gestão de pessoal docente. ●



SPRA interpõe acção judicial para vinculação de contratados

Na passada Sexta-feira, dia 18 de Janeiro, o Sindicato dos Professores da Região Açores interpôs uma ação judicial, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, contra o Governo Regional, que visa a conversão dos contratos a termo em contratos por tempo indeterminado.

Sendo incompreensível a manutenção da situação de precariedade com que os docentes são sistematicamente confrontados, o objetivo desta ação é o reconhecimento de que, à semelhança do sector privado, o sector público seja obrigado a integrar nos quadros os contratados mantidos em precariedade por períodos superiores a três anos consecutivos. ●



Regulamento Específico do SPRA para a Eleição de Delegados ao 11.º Congresso Nacional de Professores

O presente regulamento rege-se pelas normas gerais fixadas pelo Regulamento do XI Congresso Nacional de Professores.

O Sindicato dos Professores da Região Açores far-se-á representar por:

- 21 delegados eleitos, correspondendo ao número decidido em Secretariado Nacional da FENPROF, de acordo com a representatividade geral;
- 6 delegados, nos termos do artigo 4.º, n.º 7 por 3 pertencerem ao Conselho Nacional da FENPROF, 2 por pertencerem ao Secretariado Nacional da FENPROF e 1 ao Conselho de Jurisdição;
- 2 delegados designados nos termos do artigo 4.º, n.º 6.

A eleição dos delegados far-se-á em reuniões de associados a realizar para o efeito.

A distribuição de delegados a eleger, nos termos da alínea a) do número dois, tendo em conta a representação das Áreas Sindicais e uma representação mínima da conjugação das alíneas a) e b) do número dois, é a que consta do quadro seguinte:

Áreas Sindicais	Eleitos	Delegados nos termos do artigo 4.º, n.º 7
Sta. Maria	2	
S. Miguel	7	2
Terceira	4	2
Graciosa	2	
S. Jorge	1	1
Pico	1	1
Faial	2	
Flores/Corvo	2	
Total	21	6

Em caso de substituição de delegado(s) eleito(s), avança(m) o(s) suplente(s) mais votado(s).

DESEMPREGO

Este país também é para jovens!

Temos direito ao trabalho com direitos, à participação na transformação e no desenvolvimento de um país soberano, onde possamos construir a nossa vida e um futuro melhor, realça a InterJovem em recente nota de imprensa.

A organização juvenil da CGTP-IN lembra que mais de 1 milhão e 200 mil trabalhadores com vínculos precários, a maioria deles jovens, com menos de 30 anos, ocupam, no sector público e privado, postos de trabalho permanentes, sendo necessários todos os dias, nos seus locais de trabalho, mas ganhando, em média, menos 30% do que os colegas que têm vínculos efectivos.

A precariedade dos vínculos laborais assume a forma de contratos mensais, e em muitos casos registados, de contratos semanais e diários. Milhares de jovens no nosso país trabalham ainda com falsos recibos verdes, de uma forma totalmente ilegal, que ainda não foi suficientemente denunciada e divulgada. São "prestadores de serviço", com local fixo de trabalho, que obedecem a uma hierarquia, prestando conta de tarefas previamente definidas por um superior, com horário de trabalho e a remuneração fixa, acrescenta a Inter.

Um quarto dos trabalhadores a recibo verde...

O trabalho a recibos verdes no nosso país já é realizado por cerca de 25% dos trabalhadores, tendo, a larga maioria, direito a um vínculo de trabalho efectivo, pelas condições em que desenvolve a sua actividade, e por ser necessário todos os dias no seu local de trabalho. Os patrões que recorrem a este tipo de vínculo são duplamente beneficiados, pagando menos aos seus trabalhadores e



desresponsabilizando-se pelo pagamento dos descontos para a Segurança Social e para o acesso ao subsídio de desemprego, observa a InterJovem.

Depois de referir que o trabalho em condições precárias, que o Governo do PS sempre apoiou e que se agrava com a governação do PSD/CDS-PP, interessa apenas ao capital, intensificando a exploração, por via da diminuição dos rendimentos, da facilitação dos despedimentos e do incumprimento dos direitos, a CGTP realça noutra passagem:

"O governo insiste em continuar com estas medidas. Com o Orçamento de Estado para 2013, contra o qual estamos em luta, e que já foi chumbado na rua pelos trabalhadores e pelas populações, a taxação dos recibos verdes é ainda mais elevada, atingindo os 85,4% de aumento, nos rendimentos até 1.000 euros".

O recente caso de penhora de bens aos trabalhadores que não puderam pagar as contribuições à Segurança Social, provenientes da taxação da sua actividade,

São muitos os casos registados de trabalhadores que, pela resistência e pela acção sindical dirigida e organizada, se tornaram efectivos no seu local de trabalho, provando que a sua actividade, pelas características em que se desenvolve, não pode ser realizada com recurso a recibos verdes, mas a um vínculo efectivo, regista a Central unitária.

são o exemplo mais flagrante do desastre que representa a precariedade. Vários trabalhadores a recibos verdes, que já tinham processos de penhora dos seus bens, estão a receber uma segunda carta de cobrança.

Estes trabalhadores, que recebem, em média, salários pouco superiores ao Salário Mínimo Nacional, vêem-se a braços com dívidas que deveriam ser imputadas às entidades patronais, uma vez que resultam, na sua maioria, de relações laborais ilegais.

Estas situações demonstram que é pelo combate à Precariedade, no local de trabalho, e pela denúncia pública, que é possível a garantia da estabilidade laboral, da sustentabilidade da Segurança Social e do desenvolvimento de uma vida autónoma, com os direitos laborais garantidos, nomeadamente, o direito à maternidade e paternidade, aos feriados e férias pagas, etc. direitos que, na prática, não são cumpridos, no caso dos trabalhadores com vínculos precários.

Combater a precariedade

Uma das principais reivindicações dos jovens trabalhadores, de todos os sectores e de todas as regiões, incluindo a Região Autónoma dos Açores, tem sido “a estabilidade no trabalho e a exigência do combate às situações de precariedade, lutando pela efectivação dos vínculos, pelo aumento dos salários reais, dos horários dignos e dos direitos que, com o crescimento dos contratos a termo e dos falsos recibos verdes, nos são retirados”.

São muitos os casos registados de trabalhadores que, pela resistência e pela acção sindical dirigida e organizada, se tornaram efectivos no seu local de trabalho, provando que a sua actividade, pelas características em que se desenvolve, não pode ser realizada com recurso a recibos verdes, mas a um vínculo efectivo, regista a Central unitária.

A implementação das medidas contidas neste Orçamento de Estado representam o agravamento da situação do nosso país, mais precariedade, mais desemprego, mais miséria e exploração para os jovens trabalhadores, conclui a nota da CGTP-IN. ●

CGTP-IN toma a iniciativa

Campanha Nacional em “Defesa das Funções Sociais do Estado consagradas na Constituição da República”

A CGTP-IN apresentou, em recente conferência de imprensa, a Campanha Nacional em “Defesa das Funções Sociais do Estado Consagradas na Constituição da República”. Um Manifesto, com os fundamentos essenciais para a campanha, assim como uma petição que a central sindical espera reunir o maior número de assinaturas alguma vez conseguido, dão vida a esta oportuna iniciativa da Central unitária.

Como realça a petição – em destaque em várias páginas electrónicas do movimento sindical – as Funções Sociais do Estado são indissociáveis da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento do país. Foi com o 25 de Abril de 1974, recorda o documento, que a generalidade das pessoas idosas passou a ter direito a pensões e reformas; foi construído um Serviço Nacional de Saúde (SNS), assente na universalidade e qualidade, que permitiu ganhos substantivos em saúde, como o aumento da esperança de vida e a redução da mortalidade infantil; democratizou-se o ensino, foi prolongada a escolaridade obrigatória e desenvolveu-se o acesso gratuito a todos os níveis de ensino.

Subversão da Lei fundamental?

Salientando que “estas funções sociais estão a ser postas em causa pelas políticas de austeridade do Governo do PSD-CDS”, a petição lançada pela *Inter* observa: “A anunciada redução de 4.000 milhões de euros na Saúde, na Educação e na Segurança Social, a concretizar-se, porá em causa o próprio Estado Social. Portugal não está, apenas, confrontado com um problema de ordem financeira, mas, sobretudo, com uma questão marcadamente ideológica de subversão da C.R.P., no que respeita a direitos, garantias e princípios, nomeadamente os que consagram a coesão social e o bem-estar das pessoas.”



O documento, que vai recolher certamente numerosas assinaturas de apoio em todo o país, sublinha que “o Estado Português está abaixo da média europeia no que respeita a gastos com as funções sociais, embora essa realidade seja frequentemente deturpada”. E mais adiante:

“É ainda necessário ter presente que a destruição das funções Sociais do Estado e a privatização dos serviços públicos, a par do aumento do desemprego, da precariedade, de salários cada vez mais reduzidos e do agravamento das condições de vida da população, fariam eclodir desigualdades sociais ainda mais profundas e explodir rupturas sociais gravíssimas”.

O país, conclui o texto introdutório da petição, não está condenado à espiral de recessão, empobrecimento, e também à fome que já atinge as famílias, crianças e idosos.

Assim, os/as subscritores/as da presente petição, que pagam os seus impostos e contribuições, exigem que os princípios da universalidade e da solidariedade dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado sejam respeitados, tal como a Constituição da República consagra.

Os peticionários consideram ainda indispensável “uma mudança de política urgente, que assegure o crescimento e o desenvolvimento económico, aposte na produção nacional, crie mais e melhor emprego, promova uma justa distribuição da riqueza e garanta a defesa e melhoria das Funções Sociais do Estado”. | JPO ●



JURÍDICO

FENPROF entrega nos tribunais acções pela vinculação dos professores

A FENPROF entregou, no passado dia 27 de Dezembro, em Lisboa, Coimbra, Porto e Beja, as primeiras quatro acções pela aplicação da directiva comunitária que impõe o respeito, no sector público, pelas normas de vinculação de trabalhadores que se aplicam no sector privado.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as acções foram entregues em Janeiro. Estas acções ganham particular importância num momento em que o MEC anuncia um concurso externo extraordinário que, de acordo com os números que revelou, deixará fora dos quadros cerca de 90 por cento dos docentes que reúnem aqueles requisitos.

Em Lisboa, onde esteve presente o Secretário Geral da FENPROF, o Presidente do SPGL, António Avelãs, a jurista coordenadora da FENPROF, Dr.ª Fátima Anjos, e outros dirigentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, foi explicado à comunicação social presente o objectivo destas acções, que a seguir se resume: Em 1999, foi emitida uma directiva comunitária que obrigava os estados membros a, até 2011, criarem um regime de estabilização dos vínculos laborais, impedindo, dessa forma, que a precariedade se tornasse regra. De acordo com essa directiva, deveriam os estados prever um período de tempo a partir do qual os vínculos precários se transformariam em vínculos permanentes. Só em 2003, essa directiva foi transposta para as leis laborais nacionais e apenas se aplicou ao sector privado.

Em síntese, a directiva veio consolidar regras já existentes e os trabalhadores com 3 anos de contrato ou duas renovações passaram a "efectivos". Acontece que o Governo nunca transpôs para o sector público essa directiva, razão, por que, neste, um trabalhador pode ficar toda a vida na situação de contratado a termo.



Situação insustentável

Enquanto na Educação se realizaram concursos anuais, a situação foi diluída pela abertura de vagas nos quadros e a entrada, paulatinamente, dos docentes com maior graduação. A partir de 2006, porém, Lurdes Rodrigues acabou com os concursos anuais e o último realizado, em 2009, apenas permitiu que 396 docentes entrassem nos quadros. Daí para cá, a precariedade acentuou-se no sector e foi já com Nuno Crato que teve lugar o maior despedimento colectivo de que há memória em Portugal, com o desemprego registado de professores, em apenas 1 ano, a aumentar 70%!

A situação é insustentável e, perante ela, o actual ministro comprometeu-se, na Assembleia da República, em 19 de Julho de 2012, a criar um regime de vinculação extraordinária. Não cumpriu o compromisso e limitou-se a aprovar um concurso externo extraordinário, esclarecendo, há poucos dias, que apenas cerca de 600 docentes teriam ingresso no quadro através desse concurso.

Ora, se tivermos em conta os números do MEC, até ao início deste ano lectivo, havia 6.523 docentes com 10 ou mais anos de serviço consecutivo em escolas tuteladas por si, o que significa que com 3 ou mais anos de serviço (o número de anos exigido pelo Código do Trabalho) poderão ser cerca de 12.000.

Se entrarem 600 através do concurso externo extraordinário, isso significa que 95% dos que reúnem as condições legais para vincularem ficarão de fora. Isso é inaceitável!

Três aspectos fundamentais

É neste quadro, caracterizado por três aspectos fundamentais,

Desrespeito por directiva comunitária;

Discriminação entre trabalhadores dos sector privado e do público;

Promoção de estabilidade de emprego e profissional, através do respeito pelas leis laborais que vigoram...

... que a FENPROF interpôs acções em tribunais administrativos, com mais duas a serem interpostas no início do ano de 2013 e, dessa forma, a cobrir o todo nacional.

Estas acções foram interpostas em representação abstracta dos docentes que reúnam os requisitos legais para vincularem e delas há possibilidade de recurso, caso os acórdãos sejam desfavoráveis à pretensão, até ao Tribunal Constitucional e, esgotadas as instâncias nacionais, às europeias.

Contudo, a FENPROF admite avançar desde já e em simultâneo com as acções, com um pedido de intervenção da Comissão Europeia, no sentido de, o mais rapidamente possível, poder ser criado um quadro de estabilização do exercício profissional da docência.

Campanha nacional em defesa da Escola Pública

Depois de analisar, em traços gerais, o relatório do FMI, recentemente divulgado, e as políticas do governo PSD/CDS contra a escola pública e as outras funções sociais do Estado, o Secretário Geral da FENPROF revelou aos jornalistas (conferência de imprensa de 10 de Dezembro passado, em Lisboa) que a Federação vai solicitar um conjunto de reuniões a várias entidades, nomeadamente:

- À Associação Nacional de Municípios, para abordar as ameaças de municipalização do ensino;
- Ao Ministro da Educação, Nuno Crato;
- A todos os partidos com representação parlamentar, para lhes perguntar como se posicionam face às medidas anunciadas e ao futuro da Escola Pública.

Mário Nogueira afirmou ainda que a FENPROF vai preparar uma campanha nacional em defesa da escola pública, a aprovar no 11.º Congresso da organização, marcado para Maio próximo, em Lisboa. “Será, certamente, uma campanha pela positiva, que evidenciará junto da opinião pública a importância, a dinâmica e o alcance da escola pública de matriz democrática”. Esta campanha percorrerá todos os distritos no continente e as regiões autónomas. Em breve será também distribuído aos pais e encarregados de educação, à porta das escolas, um documento “em que se explica porque estamos a lutar e porque é que esta luta é de todos e pelo futuro”, acrescentou o dirigente sindical. ●



DISCURSO DIRECTO
Mário Nogueira

2013 Acabar com esta vergonha!

O novo ano de 2013 surge sem novidades. O que se anuncia é ainda pior do que aconteceu em 2012. O Orçamento do Estado, promulgado por Cavaco entre o Natal e o Ano Novo, anuncia mais miséria e a troika, achando pouco, quer acrescentar-lhe mais desgraça. A direita no poder aproveita a crise para, com essa justificação, levar por diante o mais forte ataque jamais desferido contra o Portugal Democrático, aproveitando para, por fim, ajustar contas com Abril.

A par do desmantelamento das funções sociais do Estado, que a todos obrigará a custos mais elevados na saúde, educação ou proteção social, sobre os portugueses irá abater-se uma brutal carga fiscal destinada a extorquir-lhes dinheiro que será enviado para estrangeiros. Ali Babá, ou seja, o FMI usa os seus homens de mão na nossa terra para delapidar Portugal e os portugueses e, assim, se anuncia ainda mais desemprego, novos cortes salariais, o aumento do horário de trabalho ou a transferência total do ensino para os municípios, primeiro passo para a concessão a privados... em suma, sugadas gorduras e secada a carne, querem agora arrancar-nos a pele!

Dizer Não!

Para 2013 não ser tão mau como todos prevemos e é anunciado, só resta, a cada um de nós, assumir a responsabilidade de tudo fazer para contrariar este rumo negativo dos acontecimentos. É preciso que o país saiba dizer “Não!”, como disseram os argentinos quando decidiram pagar apenas parte da dívida, dada a ilegitimidade da mesma. É preciso que o país tenha governantes que não aceitem discriminações e não aceitem ser gozados, assistindo ao aliviar de

pressões sobre países com défice mais elevado, mas, aqui, comendo com tudo e adotando o que chamam de “bom comportamento”. É preciso responsabilizar quem é, efetivamente, responsável pela situação criada e, nesse sentido, não basta constatar o chamado “milagre irlandês”, é necessário olhar para a coragem de responsabilizar sem olhar a consequências.

É por isso que 2013 será tanto melhor ou pior, quanto soubermos e formos capazes de ultrapassar silêncios e conformismos com exigências, propostas, ação e luta. A espiral que aperta cada vez mais, e apertará até sufocar, não irá parar se não fizermos por isso. Se ficarmos apenas a assistir, as coisas tornar-se-ão insuportáveis, pois Pedro Passos Coelho e outros que tais continuarão a rir-se das nossas vidas, acenando-nos de longe, escrevendo hipocrisias com gozo e deixando para os portugueses apenas as pedras que não reluzirem.

Dar outro rumo ao país e às nossas vidas

2013 será o ano de nos livrarmos destes males: estas políticas malvadas, os seus executores e a troika que traz ainda outros presos pela goela. É preciso enxotar a troika daqui para fora, rasgar o seu memorando e trilhar outro caminho, que há. Não faltam políticas alternativas, há que saber construir a alternativa política. É preciso dar esperança aos portugueses; é preciso dar rumo ao futuro; é preciso lutar muito por tudo isso! **Para os professores, a luta desponta já no alvorecer do ano, em 26 de janeiro. Todos na rua, mais uma vez, porque a profissão também se constrói no exercício da cidadania.** ●

(Do depoimento divulgado em www.fenprof.pt)



Efeitos salariais das agregações: Continuar a lutar até à satisfação deste direito

Como é do conhecimento geral, a Lei do Orçamento de Estado para 2013 aprovada na Assembleia da República inclui uma alteração, proposta pelo Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) e aprovada por unanimidade, a qual explicita que os docentes contratados como professores auxiliares ou adjuntos, em resultado de terem concluído os seus doutoramentos, têm direito ao salário correspondente.

Muitos docentes têm procurado os sindicatos da FENPROF para perceberem porque é que não foi igualmente explicitado que a obtenção da agregação dá lugar a uma alteração da categoria salarial e, portanto, de posicionamento remuneratório. A resposta é muito simples: o Governo e a maioria que o apoia assim não quiseram.

Do ponto de vista da justiça e da legitimidade, os dois casos acima referidos são semelhantes. Obtêm-se duas qualificações que, de acordo com os estatutos de carreira, têm um impacto no salário, que não está(va) a ser tido em conta.

No entanto, do ponto de vista jurídico, há uma diferença importante entre as duas situações. Os assistentes, de carreira, convidados ou equiparados, dispõem actualmente de contratos a termo certo, mas com o direito a celebrar, concluindo os seus doutoramentos até ao final do período transitório, um novo contrato como professor auxiliar ou adjunto. Não podem continuar como assistentes, até porque esta categoria desapareceu da carreira. Portanto, celebram um novo contrato para exercer funções diferentes das que exerciam antes. O que lhes aconteceu durante 2012 é que assinavam um contrato de professor auxiliar e depois... não auferiam o salário correspondente, sendo pagos conforme uma tabela que já nem faz parte dos estatutos, esclarece a FENPROF.

No caso das agregações, não há lugar a novo contrato e não há mudança de categoria profissional, sendo os conteúdos funcionais muito semelhantes. Existem, no entanto, algumas diferenças importantes, como a exigência da agregação para o desempenho de alguns cargos em algumas instituições, ou a valorização dos currículos para efeitos de avaliação de projectos, bolsas de doutoramento e até das

ofertas formativas. E há, sim, lugar a uma mudança de categoria salarial, mas sem novo contrato.

Direito contratual

O Provedor de Justiça deu razão à FENPROF relativamente ao caso da contratação dos professores auxiliares e adjuntos e enviou carta aos deputados, esclarecendo que estava em causa um direito contratual.

Esta intervenção, bem como a suspeita de que as instituições iriam perder os casos em tribunal e a crescente indignação demonstrada pelos docentes, a par da intervenção da FENPROF junto de todos os grupos parlamentares, foram importantes para forçar os deputados da maioria a votar favoravelmente a proposta do PEV e assim obter uma alteração relativamente à transição para as categorias de professor auxiliar ou adjunto, refere a nota divulgada em finais de Dezembro passado, pela FENPROF, através do seu Departamento do Ensino Superior e Investigação.

No que respeita às agregações, o Provedor de Justiça, em resposta à solicitação da FENPROF, considera que a variação funcional será parcial e que o que está em causa não é um direito contratual, mas antes uma progressão remuneratória que «não se afasta, na sua essência, do regime geral quando este coloca condições de mérito». A resposta do Provedor não satisfaz a FENPROF.

Mérito, “excelência” e propaganda...

A obtenção da agregação corresponde a um reconhecimento do mérito. E para este Governo, o reconhecimento do mérito na Administração Pública está fora de causa. É uma questão ideológica: o objectivo, no que às funções sociais do Estado diz respeito, é reduzir custos e a qualidade dos serviços e não valorizá-los. A palavra “excelência”, de tão gasta pelos nossos governantes, não tem hoje outro valor que o de mera propaganda.

Não é uma questão de interpretação: o Governo e a maioria parlamentar PSD-CDS não querem mesmo reconhecer os efeitos salariais da obtenção da agregação e isso está explícito na Lei do OE



Governo e os partidos que o apoiam recusam reconhecimento do mérito e desqualificam as carreiras docentes do Ensino Superior.

Provedor da Justiça não reconhece especificidade da obtenção do título de agregação, considerando que este é um reconhecimento de mérito.

A qualificação dos corpos docentes do Ensino Superior e da investigação científica só pode ser garantida pela derrota da actual política de destruição dos serviços públicos e do Governo de coligação que a apoia.

para 2013, recentemente aprovada na Assembleia da República.

A resolução deste problema, como, em geral, dos enormes problemas do Ensino Superior e da Ciência, desde logo, a urgente qualificação e redução da média etária dos seus docentes, e de investigação científica, passa pela derrota da actual política de destruição dos serviços públicos e do Governo que a apoia.



Empenhada na luta por soluções para o país, para a educação e para a ciência, a FENPROF não abandona a mais do que justa e legítima reivindicação do reconhecimento, de acordo com os estatutos de carreira, da agregação, continuando a explorar todas as vias, nomeadamente a jurídica.

Tomar a iniciativa

Neste âmbito, a FENPROF:

- Solicitou aos grupos parlamentares, no quadro da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, a verificação da inconstitucionalidade de um conjunto de normas da Lei do OE para 2013.
- Responde ao Provedor de Justiça, solicitando a reanálise da questão, insistindo nas diferenças que existem entre ter ou não a agregação e de como a sua obtenção não pode ser encarada exclusivamente como o reconhecimento do mérito individual, mas como um processo essencial à qualificação dos corpos docentes do Ensino Superior.
- Apóia judicialmente os docentes, sócios dos seus sindicatos, que estejam ou venham a ser ultrapassados, i. e., colegas que, tendo obtido a agregação, não estejam a auferir como tal em contraste com outros que, estando na mesma categoria profissional há menos tempo, estejam a receber pelo índice de vencimento correcto. ●

INTERVENÇÃO

Escola Pública porque?

Porque esse é o desígnio constitucional estabelecido por uma Lei Fundamental que tem matriz democrática. É a democracia que estabelece essa opção.

Como se não bastassem os cortes feitos nos últimos anos na Educação, através de sucessivos orçamentos do Estado, e, como se não fosse já suficientemente complexa e difícil a vida das escolas, o FMI, de acordo com encomenda do governo, avança agora com medidas que não surpreendem, porque, afinal, correspondem ao que Passos Coelho já anunciara quando falara na refundação do Estado. (...) Delas se destacam:

- **O aumento do horário de trabalho dos professores** tem por objetivo dispensar mais alguns milhares de docentes. Com o aumento do horário semanal para as 40 horas ou com a eliminação das reduções da componente letiva, o governo despediria muitos milhares de docentes. Acresce que esta medida degrada fortemente as condições de trabalho dos professores nas escolas, retira às escolas horas que são fundamentais para o desempenho de cargos e funções ou para a realização de reuniões pedagógicas, além de sobrecarregar ainda mais os professores, que, segundo a OCDE, têm dos horários mais preenchidos do conjunto dos países que a integram. Essa medida, além de retirar capacidade de organização e resposta às escolas, iria aumentar os já elevados níveis de stress dos profissionais docentes e contribuiria para a perda de qualidade do seu desempenho. Estas são razões por que os pais e encarregados de educação são aliados importantes dos professores na rejeição de um eventual aumento dos horários de trabalho.

- **A redução permanente das remunerações dos docentes** criaria ainda maiores dificuldades à satisfação de necessidades básicas e de necessidades profissionais, obrigaria os professores a procurarem outras atividades remuneradas para enfrentarem a vida, retirar-lhes-ia a possibilidade de, em exclusividade, se dedicarem à escola e ao ensino, ou seja, aos seus alunos.

- **O despedimento, direto ou indireto, de cerca de 50.000 profissionais**, o que, para além das consequências sociais dessa enormidade, provocaria ainda maiores dificuldades à organização e ao normal funcionamento das escolas. Muitas escolas, com o despedimento de docentes nos últimos anos — o desemprego aumentou 74% do ano letivo passado para este —, deixaram de dar respostas importantes, nomeadamente, ao nível do apoio prestado a alunos com dificuldades na aprendizagem. Despedir 50.000 profissionais das escolas públicas seria amputar um órgão vital à Escola Pública.

- **A privatização do ensino**, podendo perguntar-se porquê?, não tem mais qualidade, ao contrário do que os falaciosos *rankings* poderiam indicar; não são menos transparentes os processos de gestão de todos os seus recursos, bem pelo contrário, não ficam mais baratos, apesar dos esforços da direita para que pareçam. É, pois, uma questão puramente ideológica esta da privatização. ●

Excerto da intervenção de Mário Nogueira no encontro/debate "Defender a Escola Pública", Aveiro, 17 Janeiro 2013

Encontro/
Debate "Defender
a Escola Pública"
realizado em Aveiro,
17 Jan. 2013



REFLEXÕES

Quem tem medo...

Filipe Fernandes, Psicólogo Clínico (Centro de Intervenção Psicológica e Pedagógica)

A sabedoria popular ensina-nos que a solução infalível para o medo, e para os desafios que nos causa, passa pela adopção de um animal doméstico da espécie Canis Lupus Familiaris, ou seja, um simpático canídeo.

E se é certo que, como a grande maioria dos ditos populares, a expressão não deve ser lida pelo prisma da linearidade, é também verdade que, muitas vezes, alguns medos, nomeadamente nas crianças, acabam por ser erroneamente minimizados, nas suas consequências, no sofrimento que despertam, na forma como obstam ao desejável processo de autonomização e na invalidação que originam, por exemplo, no contexto escolar. Efectivamente, a prática clínica demonstra que muitas situações de absentismo e de insucesso escolar passam pela existência de quadros clínicos de ansiedade nos alunos que, por vezes, acabam por não ser alvos de intervenções adequadas.

Sabemos todos, e principalmente muitas crianças e pais, que muitos medos infantis não são resolvidos pelo simples aumento da família com um amigo peludo. Os medos infantis são um desafio pela forma como alteram a dinâmica de funcionamento das crianças

e das famílias, constituindo-se como um autêntico quebra-cabeças, pela dificuldade na sua ultrapassagem, pelo seu carácter enigmático e pelo sofrimento que causam.

Segundo vários autores, os medos nas crianças e adolescentes podem ser divididos em medos normais (ou medos desenvolvimentais) e em medos patológicos ou fóbicos.

Os primeiros, desde que não interfiram de forma significativa com a dinâmica individual e familiar, não são considerados patológicos, porque só são activados na presença de estímulos perigosos e tendem a desaparecer com a ausência ou afastamento dos mesmos. Exemplo deste tipo de medo pode ser o medo de animais perigosos (cobras, touros,...).

Estes medos são normais no desenvolvimento infantil e tendem a ser universais e transculturais, constituindo respostas adaptativas a ameaças reais à sobrevivência humana. Apesar de normais e expectáveis, podem ser um desafio terapêutico quando adquirem um

carácter invasivo, provocando um sofrimento constante, um conjunto de evitamentos relevantes aparentemente inexplicáveis e uma alteração significativa no quotidiano individual e familiar.

Os medos patológicos (aqueles que são aprendidos e que surgem, por exemplo, após a exis-

tência de uma experiência negativa e ameaçadora) constituem-se, por outro lado, como alvos da atenção clínica com uma apreciável regularidade, dada a forma como são responsáveis por elevados níveis de sofrimento individual e familiar e pela forma como alteram, por vezes de forma dramática, o fluir do quotidiano, podendo, inclusivamente, comprometer o desempenho escolar, a prática de actividades extra-curriculares, o próprio clima relacional da família ou o processo de construção de autonomia das crianças e adolescentes. Exemplo de um medo desenvolvimental pode ser o medo de frequentar a escola após um episódio de agressão por colegas ou outros pares.

A psicoterapia infantil, alicerçada em modelos de compreensão e de intervenção na ansiedade, constitui um recurso comprovadamente útil para a resolução das dificuldades levantadas pelo agravamento dos medos infantis e para a construção conjunta (entre técnico, criança e família) de respostas mais funcionais ao medo. ●



O **CIPP** está localizado na Rua do Galo, 83, em Angra do Heroísmo, podendo ser contactado pelos contactos 918179638 (Psicólogo Filipe Fernandes) ou 966039216 (Psicólogo Francisco Simões) e pelo e-mail **cipp@cipp-terceira.com**.

Encontre-nos, igualmente, no nosso site **www.cipp-terceira.com**. Se este texto lhe despertou interesse, poderá encontrar outros no site ou na nossa página de Facebook, em **www.facebook.com/CIPP-Terceira**. Aproveite para se inteirar dos diversos protocolos que o CIPP tem estabelecido e que lhe podem permitir aceder aos seus serviços em condições muito vantajosas.

OPINIÃO

Os pobres que paguem a crise

Anibal Piros (<http://anibalpiros.blogspot.pt>)

A “profecia Maia” não se concretizou e o Mundo continua aí “vivinho da silva”. Sei que caminhamos para o fim, mas também sei que não será tão cedo que o planeta e a vida que ele alberga chegará ao fim.

Apesar da contínua destruição de espécies, de habitats, da desmatção da amazónia, das agressões ao que torna a vida possível, a Terra vai-se aguentando e regenerando. Até quando? Não sei, Sei que é necessário travar a auto destruição que a depredação dos recursos naturais está a provocar, sei isso e sei que o paradigma de desenvolvimento ancorado exclusivamente no crescimento económico tem de ser profundamente alterado para que o fim não seja antecipado.

Não quero, não devo, e seria contra a minha própria natureza ser portador de desalento. Não sou pessimista, não me resigno, não aceito as inevitabilidades proclamadas por lacaios a mando dos senhores do Mundo e, acredito que é possível assim o queiram os homens e os povos, superar este ciclo de desvalorização do trabalho e de concentração da riqueza, vulgo crise; e retomar o caminho da justiça social e da dignidade para todos e cada um dos habitantes do planeta azul. Por isso luto, por isso resisto.

A notícia já tem uns dias, o governo vai realizar uma operação financeira para a recapitalização do Banif, serão mais de 1100 milhões de euros de capitais públicos canalizados para aquele banco comercial e privado.

Aos trabalhadores, aos reformados e pensionistas, aos pequenos e médios empresários, ao povo português em geral, o governo impõe sacrifícios e reduz os rendimentos, aos banqueiros mantém-lhes os benefícios fiscais e apoia a recapitalização. É importante reter um dado sobre o desempenho do Banif na primeira década do milénio – os lucros líquidos neste período foram qualquer coisa como 508,4 milhões de euros, sendo distribuída pelos acionistas a quantia de 216 milhões de euros. Todos nos lembramos, se lembramos, do caso BPN e de outros. A saga vai repetir-se desta vez com o Banif.

Não é aceitável, é imoral, direi mesmo, que, é criminoso que após a aprovação e promulgação do Orçamento de Estado,

que contempla um brutal aumento de impostos sobre os rendimentos do trabalho, com o argumento de que o país necessita de reduzir o défice das contas públicas, venha agora o governo negociar com a administração do Banif uma operação financeira de recapitalização do banco com dinheiros públicos.

Afinal, há ou não recursos financeiros públicos em Portugal? Haver há, para a banca e para os grandes grupos económicos. E de onde provêm esses recursos financeiros? Do trabalho. Ah, pois é!

A verdadeira natureza da “crise” fica clara com estas opções políticas. O problema do défice das contas públicas não

decorre de os portugueses terem andado a viver acima das suas possibilidades, o problema decorre da má e errada utilização dos dinheiros públicos. •

Aos trabalhadores, aos reformados e pensionistas, aos pequenos e médios empresários, ao povo português em geral, o governo impõe sacrifícios e reduz os rendimentos, aos banqueiros mantém-lhes os benefícios fiscais e apoia a recapitalização.

CARTOON Henrique Monteiro



Livro

“A Política dos Políticos – II Volume (entrevistas)” de Tibério Cabral



Numa edição do Instituto Açoriano de Cultura, encontra-se já nas livrarias o livro *A Política dos políticos, II Volume (Entrevistas)*, da autoria do jornalista Tibério Cabral. Trata-se, segundo o autor, de um documento importante para um melhor conhecimento, de um quarto de século, da sociedade açoriana - e também da sociedade portuguesa - sob os pontos de vista político, económico, social, cultural e religioso. O livro, prefaciado pelo historiador José Guilherme Reis Leite, inclui 94 entrevistas, publicadas, entre 1984 e 2009, nos jornais *Directo*, *Expresso* das Nove, *Diário Insular* e *A União*, com personalidades da vida política regional e nacional, assim como com figuras destacadas do mundo da Cultura (Literatura e Artes) da

Comunicação Social, da Igreja e da Educação. Entre as muitas matérias abordadas, o autor centra a sua atenção no trabalho dos políticos e nas suas consequências no desenvolvimento da Sociedade Açoriana. ●

Publicação

IAC publica “Atlântida – Revista de Cultura 2012”



O Instituto Açoriano de Cultura acaba de publicar, e colocará em breve nas livrarias, a *Atlântida-Revista de Cultura*, vol. LVII, referente ao corrente ano de 2012.

Esta revista organizada por quatro secções temáticas Estudos e Criação Artística; Estudos e Criação Literária; Ciências Humanas e Outros Saberes – conta com textos da autoria de José Guilherme Reis Leite; João Fernandes; Elisa Branquinho, Anabela Sardo e Zaida Ferreira; J. Chrys Chrystello; Filipe Pinheiro Campos; António Neves Leal; Miguel Soares Albergaria; João Pedro Barreiros; Nuno Vieira; Nuno Nabais; Paulo Barcelos – nos quais

se apresentam alguns estudos científicos e se abordam temáticas relacionadas com: literatura, arte, arquitetura e história, entre outras, procurando-se desta forma manter um alinhamento interessante e diversificado para os leitores. À semelhança dos anos anteriores, a revista sai numa edição em papel e também numa edição em CD-ROM (como acontece desde 2005), que, para além do conteúdo da revista de 2012, integra também os fascículos do vol. VIII, publicado no ano de 1964. Num total de 220 páginas, a *Atlântida* tem uma larga profusão de fotografias de Mário Silva, numa homenagem ao fotógrafo que por opção pessoal se quis Angrense. ●

Concurso

“A Mulher – personagem literária”

À semelhança dos anos anteriores, o Departamento das Línguas Românicas, da Escola Secundária Vitorino Nemésio, promove um concurso de produção escrita no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, aberto a todos os alunos do Ensino Secundário da ilha Terceira. Sendo a escrita uma competência fundamental para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, bem como um estímulo à criatividade, apela-se à participação de todos os interessados no tema “A Mulher – personagem literária”, que será o mote para 2013. Os trabalhos deverão ser entregues até 15 de fevereiro de 2013 (data de correio). ●

Para mais informações, solicita-se a consulta do regulamento na página da escola ESVN www.esvnemesio.net

Curso Livre de Escrita Técnica na Universidade dos Açores

Será lecionado pela Prof.^a Doutora Helena Mateus Montenegro o curso livre de Escrita Técnica, entre os meses de janeiro e março de 2013, em horário pós-laboral, anuncia o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores. O curso tem a duração de 30 horas. Serão abordados os seguintes temas: “como escrever com eficácia”; “a nova ortografia”; “estruturas compositivas de diversos tipos de textos técnicos”. O curso tem como destinatários todos aqueles que queiram dominar a escrita técnica na língua portuguesa, esclarece aquele departamento universitário. ●



Esta proposta de livro surgiu, como resultado do uso de correio eletrónico, entre dois professores – uma mulher e um homem – de idades e de formação académica muito diferentes, mas preocupados com a realidade envolvente, o momento convival e a expressão de sentimentos e de emoções sobre os quotidianos interiores e exteriores. Desse diálogo, nasceu uma leitura poética dos retalhos da vida vivida por todos nós. ●

Dos autores **Marta Alexandra Campos Ferreira** e **Manuel Tomás Gaspar da Costa**.



Livro

Fábrica da Baleia de Porto Pim. Whaling Station.

Bilingue PT/ GB

O livro apresenta uma coleção de fotografias da Fábrica da Baleia de Porto Pim e respetivos maquinismos, realizada pelo olhar original do fotógrafo Rodrigo Sá da Bandeira, e um texto de autoria de Márcia Dutra Pinto que expõe um pequeno resumo da história da baleação no Faial, a história da Fábrica de Porto Pim e uma descrição dos seus processos de laboração. ●

Rodrigo Sá da Bandeira (Fotografia) e Márcia Dutra Pinto (Textos).

Edição do OMA – Observatório do Mar dos Açores.

Exposição

Aparência e Quotidiano

Tecer, costurar, remendar, lavar e engomar são tarefas tradicionalmente reservadas às mulheres. A exposição Aparência e Quotidiano, patente até 19 de maio de 2013, na Sala do Capítulo, do Museu de Angra do Heroísmo, percorre o universo feminino da aparência e dos cuidados quotidianos que a mantém, contrapondo a aditividade e a pulsão consumista contemporâneas às práticas de preservação e reutilização a que eram sujeitos os têxteis no passado. ●



Museu de Angra do Heroísmo, Sala do Capítulo até 19 de maio de 2013

<http://museu-angra.azores.gov.pt/exposicoes/2012/10-aparencia-e-quotidiano/exposicao.html>



Documentário

O Instituto Açoriano de Cultura, coeditor do documentário de Gonçalo Tocha "É na Terra não é na Lua", tendo como parceiro a Alambique Filmes, apresenta, em DVD e numa edição especial, a obra que tem sido internacionalmente premiada e que retrata a ilha do Corvo.

A edição que agora se apresenta, contém, para além do filme, um diário de filmagens, designado Caderno de Bordo, da autoria do realizador, um mapa da ilha e duas horas de filmagens extra, que permitirão ter acesso a um maior leque de informação do trabalho de Gonçalo Tocha e da vivência daquela ilha tão peculiar. ●

Gonçalo Tocha





Mudar de Política e de Governo!

16 fev

2013

GRANDE Manifest NACIONAL

Concentração/Manifestação em

Ponta Delgada | Portas da Cidade, 15h00

Angra do Heroísmo | Alto da Covas, 10h30